

PROBLEMATIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES BINÁRIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CONVITE AO “ESTRANHAMENTO”

ET 02 - A Produção de Pesquisas sobre Infâncias, Gênero e Sexualidade na Educação

CATIELLI SUSUANI DIAS DA SILVA¹
JULIANA BONFIM DANTAS DOS SANTOS²
DANILLO BITENCOURT SANTOS³

Resumo

Crianças que borram as normas de gênero geralmente vivem infâncias silenciadas e são, muitas vezes, colocadas sob suspeita de anormalidade, porque seus modos de agir são considerados “diferentes”. Desse modo, buscou-se problematizar as classificações binárias e práticas pedagógicas junto a profissionais de uma creche municipal. Os resultados deste relato de experiência apontam para discursos que insistem em enquadrar corpos dentro de perspectivas generificadas, todavia, a partir do convite “ao estranhamento”, as participantes relataram o desejo e a necessidade de questionar práticas naturalizadas no cotidiano, de forma a não continuar reiterando o machismo e a LGBTfobia.

Palavras-chave: gênero; crianças; educação infantil

Primeiras letras no papel-convite

Dos anseios sobre as violências impostas a indivíduos que borram as normas de gênero, surgiu a escolha do tema do presente relato a partir do nosso observar cotidiano dessas questões em nossas atuações profissionais bem como a necessidade de produzir uma intervenção com vistas a iniciar uma discussão sobre gênero e sexualidade na educação infantil, com professores e atendentes de ensino, haja vista a percepção do quanto ainda persistem as classificações binárias nas práticas pedagógicas da educação infantil.

O local escolhido para realizar a intervenção foi uma Creche Municipal localizada no interior da Bahia, pois acreditamos ser desde a primeira infância que se constroem valores e

¹ Psicóloga, Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação (UFBA), com atuação em coordenação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e psicologia clínica. Atualmente é Mestranda pelo Programa de Relações Étnicas e Contemporaneidades (UESB). Maracás, Bahia, Brasil. E-mail: dias.cati@hotmail.com

² Psicopedagoga especialista em Gestão Escolar, Síndrome de Irlen, screener, Inteligência Emocional, com atuação em coordenação pedagógica há 12 anos em instituições de ensino públicas e privadas. Atualmente é Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação (UFBA). Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: julybd@hotmail.com

³ Pedagogo, jornalista, especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade (UESB), mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade (UESB), consultor em Direitos Humanos e vice-presidente do Conselho Estadual LGBT da Bahia. Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: danillobittencourtsantos@gmail.com

práticas que contribuem para uma sociedade onde as diferenças sejam respeitadas. Essa escolha se efetivou após um contato nosso com a instituição. A pesquisadora Catielli da Silva, que trabalha no CRAS do município onde está localizada a escola, em visita ao espaço para tratar de assuntos do trabalho, foi tocada pela organização do espaço escolar, avistando uma sala em que uma parede estava ornamentada com adereços na cor rosa e o lado oposto com adereços azuis.

Partindo dessa constatação, buscou uma conversa informal com a direção da escola, relatando sobre o desejo de trazer uma proposta que abarcasse as questões de gênero e sexualidade na educação infantil. Assim, a diretora sinalizou o interesse, informando que em alguns momentos precisou chamar a atenção das educadoras pelo fato de apontarem um garoto “afeminado”, acreditando que se tratava de uma criança gay. Momento que nos apresentou a necessidade de problematizar as classificações binárias e práticas pedagógicas, presentes na Educação Infantil.

Por que convidar? Inspirações para redigir nosso convite...

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP, em 2009, concluiu que as principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar eram homossexuais (38,2%), pobres (25,1%) e negros (22,9%). A realidade desses dados reforça a importância de fomentar a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem positivamente a diversidade de gênero e sexualidade desde a primeira infância.

Diante das inúmeras situações sexistas vivenciadas cotidianamente pelas crianças em seus respectivos contextos educacionais, cabe questionar: quantas delas são desencorajadas a frequentar a escola e sofrem silenciosamente pela impossibilidade de viver a condição de desviante das (cis)heteronormas?

Considerando que o gênero é uma construção social, e que é no âmbito das relações que o mesmo é construído, é importante atentar-se ao contexto da educação infantil, visto que as “crianças passam uma parte significativa de suas rotinas nessa instituição, trazendo para o interior do contexto escolar uma ampla variedade de saberes advindos de sua participação em variadas rotinas culturais” (CORSARO, 2009).

A sexualidade transcende o ato sexual, ela é definida como os sentimentos, comportamentos e identidades associadas ao sexo, sendo também influenciada pelas expectativas e estruturas sociais, tais como religião e política. Visto isso, Tomaz Tadeu da Silva define que a identidade

não é uma essência, não é um dado ou fato – seja, da natureza, seja da cultura. Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder (TADEU DA SILVA, 2007, p.97)

Na atualidade observa-se uma tentativa de retirar dos currículos temas referentes a gênero e sexualidade. A defesa dos grupos conservadores conta com os seguintes argumentos: as pessoas LGBT'S são um risco à família, a orientação sexual estaria relacionada à pedofilia, e o ensino de gênero e sexualidade nas escolas levaria as pessoas a se tornarem homossexuais (COLLING, 2018).

Louro (2000) afirma que “gênero se refere ao modo como as chamadas “diferenças sexuais” são representadas ou valorizadas, àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (LOURO, 2000, p. 26).

Essa construção ocorre desde a primeira infância, quando se diz às crianças o que é ser homem e o que é ser mulher. “Sente-se com a perna fechada”, “menino não brinca de boneca”, “azul é cor de menino”, “menino tem que ser forte”. Esses exemplos cotidianos enquadram as pessoas em binarismos como forma de existir.

O discurso que reforça as desigualdades de pode ser produzido e reiterado através de inúmeras atividades educacionais desenvolvidas e pela própria forma como a instituição é fisicamente organizada enquanto forma de disciplinamento normativo que impõe constantemente a separação das crianças por sexo/gênero, mesmo aquelas de pouca idade.

Bell Hooks (2013) defende que o objetivo primordial dos educadores é promover um ambiente propício para a aprendizagem que liberte os estudantes das amarras coloniais, ou seja, que os ajudem a transgredir as barreiras impostas pelo gênero binário, da heteronorma, do racismo e do machismo.

Assim, é urgente que se fale de gênero e sexualidade, e de suas produções de subalternidades que podem desnaturalizar as opressões que as diversas instituições patriarcais buscam perpetuar e colocar em debate a força da produção das normas regulatórias de gênero na constituição das masculinidades e feminilidades do sujeito-criança.

Convite entregue!

O projeto de intervenção ocorreu com a adesão de doze profissionais (06 professoras, 03 atendentes, 01 secretária, 01 auxiliar administrativa e 01 diretora). Foi utilizado, como recurso didático, o curta-metragem, “Vestido Nuevo”, com o objetivo de sensibilizar a respeito

da temática. O vídeo foi interrompido antes do desfecho e as participantes tiveram a oportunidade de falar sobre como agiriam, caso estivessem na situação.

Assim, alguns comentários referentes à cena do curta, em que Mário chega à escola de vestido, foi possível notar um incômodo quanto a experimentação da criança, visto que as várias possibilidades de fazer-se homem ou mulher são reguladas ou negadas, conforme relatos a seguir:

Eu iria perguntar e explicar que o vestido é para menina. Mas é uma situação bem complicada e difícil, principalmente com crianças de 0 a 3 anos. (Participante F)

[...] Eu vou falar a verdade, eu posso até ser condenada pelo que vou falar, mas eu dizia: oh filho, vestido é de menina, você tem que vestir uma calça, camisa, isso aqui não dá certo pra você. [...] a própria natureza já diz, mulher tem que ser roupa de mulher e homem tem que ser roupa de homem (Participante G)

Por que você escolheu um vestido rosa? Eu sei que a cor rosa é uma cor normal, e pode ser para menino ou menina, mas quem veste vestido é menina. (Participante A)

Observa-se que a criança seria interpelada com práticas e linguagens que visam demarcar identidades femininas e masculinas. De acordo com Louro (2008), a sexualidade permanece alvo de vigilância e controle, conforme podemos observar nas falas a seguir:

Eu chamaria a família... Eu tinha um filho que pegava o boné rosa da irmã e usava. A professora mandou chamar... Aí conversei com ele que o boné era da irmã e ele ia usar um boné de menino. Mas me assustou, porque eu era separada e me incentivaram a conversar com pai, porque ele só convivia com mulher... Meu maior medo era ele ir para o lado gay... (risos). (Participante E)

Tais descrições demonstram conforme Miskolci (2010) a necessidade de questionar o poder disciplinar, de modo a desconstruir as normas e convenções culturais que constituem os sujeitos como normais e/ou anormais, pautada nos binarismos: masculino/feminino, hetero/homo, branco/negro. Araujo (2017) trata da determinação de conceitos trazidos pela heteronormatividade quando diz que

[...] a heteronormatividade vai sendo construída a partir da promessa de cada nascimento. Ou você nasce homem ou nasce mulher e todo o arsenal instrumental lhe é disponibilizado para fazer valer a sua secreta genitália. Esse arsenal é composto de discursos, de definição de cores, modelos de vestir, maneira de sentar, de escolhas da profissão, de frequentar lugares, horários, cuidar de certas tarefas de subsistência, formas de amar, de construir alianças, práticas sexuais, enfim, todas as atividades humanas servirão para dar pistas sobre sua genitália que poderá ser presumida, mas quase nunca mostrada [...]. (ARAUJO, 2017, p. 137).

Tal percepção abre caminhos para, conforme diz Louro (2008), o ato de “estranhar o currículo” a partir de uma política pós-identitária capaz de questionar os binarismos vigentes e os regimes de verdade, nos quais estamos inseridos, na construção das identidades de gênero e de sexualidade. É importante ainda ressaltar que os corpos também resistem e subvertem as imposições e os investimentos disciplinares, conforme relatos a seguir:

Aqui tem uma criança que você sabe né? (risos...) Gosta de sandália de menina, já chegou com a unha pintada... A pró passava brilho, ele queria passar também.” (Participante I)

Tivemos um evento e a creche foi se apresentar. Tinha um menino que no momento da arrumação queria usar saia e body. A mãe ficou assustada e muito sem graça. Ela não esperava... No final ele acabou usando o macacão, mas no meio da apresentação deixou de participar. (Participante B)

Eu tenho uma criança de três anos que só quer brincar de boneca. Eu tenho medo, porque na família tem bastante gay... O pai quando observa, pega a boneca pela perna e joga pra longe. (Participante A)

As tecnologias (falas sobre o que é de menino ou menina) usadas pela escola visam alcançar o autodisciplinamento e forjam o binarismo de gênero, uma vez que, objetos que remetem ao cuidado, afetividade, são considerados características femininas. A exemplo disso, trazemos os relatos das participantes em relação ao dia das crianças promovido na escola, com intuito de presenteá-las. Meninos ganharam carrinhos, e meninas bonecas. Quando questionados sobre as escolhas dos presentes, informaram que essa é a cultura e que não poderiam dar um carro a uma menina. Levantada essa discussão, elas relataram:

Aqui na creche eles brincam normal (com tudo). Mas, se no encerramento a gente der uma boneca para um menino, a família vem na creche e teremos um problema. Uma família para aceitar uma criança (menino) que brinca de boneca, é difícil. As maiores das famílias não aceitam. (Participante B)

Se fosse um filho meu, eu ia questionar a escola... Eu me incomodaria se minha filha ganhasse um carro, porque ela é menina e tem que ganhar brinquedo de menina... Que é boneca, coisinha rosa... (Participante J)

Aqui a gente deixa brincar, mas sempre fala: você está brincando, mas isso aqui é da menina! (Participante C)

Na cena, fica evidente que a escola permanece generificada, com as cotidianas representações de quais símbolos são destinados para homens e para mulheres. Chama atenção que, mesmo que alguns debates foram e/ou tenham sido estabelecidos na nossa sociedade, ainda parece que a escola está distante de outras formas de pensar sobre as possibilidades de ofertar a liberdade de signos endereçados para homens e mulheres. E quando questionadas se alguma criança solicitasse um brinquedo não condizente ao que elas determinaram a presentear, elas responderam que enfrentaram a situação em que um menino chorou querendo a boneca, mas foi para casa com o carrinho.

Os propósitos desses investimentos escolares é a produção de homens e mulheres, capazes de viver em coerência e adequação ao gênero-sexo-sexualidade. Louro (2008) defende o quanto as escolas que, supostamente, devem ser um local para o conhecimento são, no tocante à sexualidade, um local de ocultamento. Na medida em que várias identidades emergem publicamente, elas acabam por evidenciar a fluidez das identidades sexuais, o que é visto como

desestabilizador e perigoso, uma vez que borram fronteiras e rompem com dicotomias e demarcações.

Conforme evidencia Judith Butler (2003), as pessoas que não seguem uma linha coerente entre sexo-gênero-desejo e prática sexual são consideradas ininteligíveis na nossa sociedade. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual (inato a todos), ignoram-se formas não heterossexuais de sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras.

Para não concluir: outros convites, outros olhares...

As participantes deram um feedback positivo, informando que nunca haviam pensado sobre essas questões, e que necessitam de maior aporte teórico e articulação com as famílias, pois ao mudarem práticas, certamente serão questionadas.

Deram-se conta de que as crianças que borram as fronteiras de gênero já existem na escola e precisarão saber lidar para não produzirem exclusões e silenciamentos dessas existências. Refletiram que para construir uma escola aberta as diferenças, vale a pena rever como os corpos, identidades, gênero e sexualidades têm sido validados ou marginalizados. Compreenderam que a educação infantil é o passo inicial na construção de uma educação libertadora, não sexista e aberta as diferenças.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. B.; COLLING, L. Por uma escola que aprenda com as diferenças. In: MACEDO, E.; RANNIERY, T. (orgs). **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis, RJ: DP et ALII, 2017, PP. 131 a 156.

BUTLER, J. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade** / Leandro Colling. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto Editora, 2000.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Prosições**, vol.19, no. 2, Ago 2008, pp.17-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf> - Acesso em: 18 fev. 2020.

MISKOLCI, R. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos, EdUFSCar, 2010.

_____. **Teoria queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T (org.).
Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2007, p 73 a
102.

THÜRLER, D.; ZUCCO, M. C. **Intervenção pedagógica e interdisciplinaridade.** Salvador:
UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a
Distância, 2019. 61 p. : il.